

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 13

Sensibilização à mobilidade: um caminho para que a cidade não esqueça esse direito

Clodovil Moreira Soares (*)

É cediço que as cidades modernas enfrentam um tormentoso desafio, face as suas estruturas físicas e a complexidade das suas dinâmicas sociais, encontrar novos paradigmas e possibilidades para enfrentar suas realidades no setor de trânsito e transporte passou a ser uma necessidade pungente. Considera-se ainda que a opção da população por viver na área urbana e prover-se de todos os consumos que a modernidade oferece é cada vez mais crescente daí decorre a concentração da população nas cidades e a desenfreada aquisição de bens de consumo, dentre estes o tão sonhado automóvel transformado em ícone de primeira grandeza.

Tal panorama alia-se a falta de planejamento das cidades o quê permitiu uma concentração de centros financeiros, culturais, empresarias, serviços médicos, educacionais e bancários, desencadeando a disputa por espaço na busca pela utilização desses serviços. Os problemas são generalizados a qualquer cidade de médio e grande porte, exigindo de logo uma política de mobilidade urbana com diretrizes que orientem as ações públicas a programar soluções efetivas. Quando a política de mobilidade urbana é esquecida ou desvirtuada, as pessoas deslocam-se como podem, buscando cada um a solução individual ao seu problema, sem que exista um planejamento eficiente.

Para aplicação das diretrizes de mobilidade em nossas cidades é necessário entender o real valor dessa tarefa, ao invés de simplificá-la ou identificá-la por apenas um setor: “é a bicicleta, é o ônibus, é o trânsito, é a via ou do fluxo de tráfego ou é a acessibilidade”. Em verdade, mobilidade urbana revela o bom funcionamento de todos esses setores, de forma harmônica, criando um sistema que ofereça melhoria da qualidade da vida urbana e inclusão social. Antes das mudanças estruturais e de longo prazo, é preciso sagra-se a consciência de que mobilidade urbana é um direito que não poder ser esquecido, é uma tarefa diária, a ser enfrentado dia após dia.

A Mobilidade é uma ferramenta da qual as cidades devem apropriar-se de forma definitiva, buscando estabelecer à locomoção de pessoas e bens no espaço urbano através de veículos e demais meios de transporte, vias, e toda a infraestrutura, para a realização das atividades cotidianas em tempo considerado ideal, de modo confortável e seguro. A Mobilidade perpassa a ideia de apenas deslocamento, refletindo a interação das pessoas e bens com a cidade. A decisão por qual meio utilizar, seja pelo indivíduo, seja pela coletividade, depende de fatores como distância a percorrer,

tempo disponível, conforto desejado e disponibilidade de recursos para que se tenha o equipamento adequado.

As cidades mudam continuamente, seja com novos empreendimentos, construções e aumento ou deslocamento da população. Por esse motivo enxerga-se a necessidade de desenvolver regras ao mesmo ritmo no intuito de oferecer respostas às novas necessidades da sociedade.

Quando se fala em mobilidade, é obrigatoriamente necessário pensar em como se organizam os usos e ocupação do município, bem como a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e bens ao que ele oferece. O plano de Mobilidade Urbana busca a qualificação urbanística, melhoria da segurança e fluidez do tráfego geral, tendo como prioridade os meios de transporte coletivo e aqueles não motorizados a exemplo de bicicletas e pedestres.

Hoje, em nosso país, 80% da população residem em áreas urbanas e a maioria dessas pessoas depende do transporte público para se deslocar. Por isso é tão importante que haja políticas de melhoramento do Sistema de Trânsito e Transportes. A tendência é de que as cidades cresçam cada vez mais, juntamente com a economia, com isso, tornam-se mais necessários estudos da atual situação buscando soluções para todos esses problemas.

Dar prioridade ao transporte urbano coletivo é fundamental para que as cidades não cheguem ao caos. É preciso mostrar que existem outras coisas em jogo com a restrição do uso do carro, como é o caso da melhoria da qualidade do ar, da saúde e da qualidade de vida da população, e do futuro de todos.

Quando o conforto de um transporte coletivo for próximo daquele que o carro oferece, quando o tempo for mais rápido, as pessoas vão optar por esse tipo de deslocamento. A partir disso é possível restringir o uso do automóvel e somente quem tem realmente disposição para pagar um estacionamento particular ou um pedágio urbano vai utilizar o carro particular.

É fundamental garantir a participação dos cidadãos na formulação da política e no controle social de sua execução, pois as decisões tomadas sobre a mobilidade urbana afetam o dia a dia de todos. Por esse motivo a sociedade deve ser a principal interessada em estruturar um projeto de longo prazo, que seja duradouro em sua aplicabilidade independentemente dos governantes que os representem politicamente. Assim os representantes estarão no poder para de fato cumprir o que fora acordado com a sociedade civil, quando democraticamente tenha participado sendo protagonista na elaboração do plano de mobilidade urbana.

Planejar é enxergar o futuro a partir do entendimento do presente para, dessa forma estabelecer onde queremos e devemos chegar. Por esse motivo a sociedade precisa entender as barreiras e limites de atuação de um plano de mobilidade, bem como sua capacidade de contribuição para melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. A partir de então será possível estabelecer o caminho a ser percorrido, as ações, ferramentas, recursos e investimentos necessários em busca da cidade desejada.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

De fato somos todos responsáveis pelo que acontece em nossas ruas, devemos zelar pelo bem comum, a começar pelo uso dos logradouros públicos. A sociedade precisa urgentemente estar ativa e engajada neste planejamento, já que os resultados influenciarão diretamente em sua rotina. São os cidadãos que devem estar sensíveis aos problemas urbanos. Ente jurídico que é, o Estado, não se sensibiliza pelos problemas do dia a dia, apenas estabelece ações a serem desenvolvidas e realiza-as através de atos administrativos. Caso contrário sofrerá permanentemente com a descontinuidade dos projetos iniciados por cada representante político e, vendo sua cidade caminhar sempre por direções e sentidos diferentes a cada gestão pública em que um governante é democraticamente eleito. A ideia de que mobilidade urbana destina-se apenas as atividades estatais é uma das mais nocivas e destrutivas da própria temática.

()Clodovil Moreira Soares é Pós-graduado em Ciências Criminais, Delegado de Polícia PC/BA, Professor do Curso de Direito FTC/Itabuna, Atualmente Secretário de Transporte e Trânsito no município de Itabuna/BA.*